

# Dever do Congresso

**N**ão é possível aceitar o ponto de vista da liderança do PMDB, compartilhado por seu próprio candidato presidencial, Ulysses Guimarães, no sentido de que ao Congresso não cabe iniciativas destinadas a refrear a escalada inflacionária. Cabe, sim, sem nenhuma dúvida.

Cabe ao Congresso tomar a iniciativa em primeiro lugar porque a Constituição lhe dá esse poder, o de legislar em matéria econômico-financeira, algo que, pela norma constitucional anterior, de fato era proibido. O Congresso tem o poder de cortar o déficit público, vedando despesas, extinguindo órgãos desnecessários e determinando um vasto programa de privatização e alienação de bens públicos.

Cabe-lhe também tomar a iniciativa porque é do interesse do Congresso preservar o regime político no qual ele se insere. A escalada inflacionária pode conduzir à desestabilização do regime e o Congresso será o primeiro a tombar, seguido de outras instituições e outros princípios sobre os quais a democracia se assenta. Impedir a marcha batida rumo à hiperinflação é um passo de autodefesa do Congresso, daí porque lhe cabe, sim, tomar iniciativas.

Engana-se o PMDB ao supor que a escalada inflacionária lhe renderá benefícios eleitorais. Bem ao contrário, o agravamento da crise agravará muito mais o quadro crítico, em que já vive o seu candidato a Presidente. O eleitorado conhece perfeitamente os vínculos do PMDB com as políticas econômicas que levaram ao desastre que estamos prestes a contemplar. O governo Sarney foi, e

continua sendo, um governo do PMDB, tanto que nele se acham incrustados 20 mil ocupantes de cargos em comissão, indicados, todos, pelas lideranças do partido.

O Congresso dispõe de alguns dos melhores economistas do País, ao lado de políticos experientes. Está, portanto, qualificado para elaborar um programa de emergência para a gestão econômica e convertê-lo em lei. Não está qualificado, entretanto, para adotar soluções mirabolantes como a indicação de um superministro da Fazenda, algo que confrontaria o poder constitucional do Presidente da República. Nem é necessário fazê-lo, bastando fazer as leis a serem cumpridas pelo Poder Executivo.

Creemos que o melhor caminho para viabilizar algo na direção de um programa de combate à inflação seria a convocação dos economistas-parlamentares pelas respectivas lideranças afim de que constituam um grupo de trabalho capaz de operar à margem dos interesses eleitorais dos seus partidos. O grupo de trabalho elaboraria o programa e os projetos de lei correspondentes, aos quais, temos convicção, não faltará o apoio do Presidente da República, ele próprio confessadamente desarmado, no momento, em face da conjuntura criada.

Esqueçamos, por alguns momentos, a justa aspiração de poder que move os partidos em direção às eleições de novembro. Lembremo-nos de que a crise desenhada no horizonte pode inviabilizar as eleições, o que a faz emergir como objeto de preocupação prioritária da liderança política.